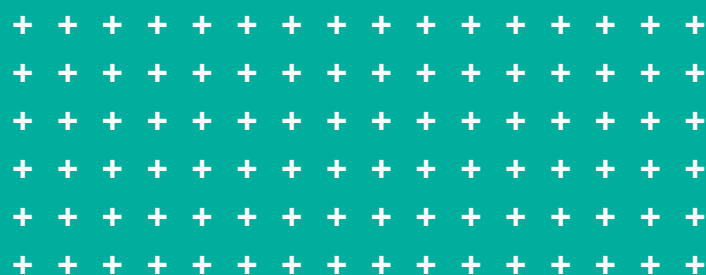




RELATÓRIO ANUAL 2025

COOPERAR PARA CRESCER: NOSSO COMPROMISSO COM O COLETIVO





DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade



VISÃO

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.

COOPERATIVISMO.

TODOS POR UM SÓ OBJETIVO.

O cooperativismo é um **sistema de união voluntária** de pessoas que, por meio das cooperativas, buscam soluções financeiras para alcançar interesses em comum.

Para que funcione corretamente, beneficiando de forma justa todos os cooperados e **gerando o máximo de resultados para as comunidades**, o modelo cooperativista segue alguns princípios fundamentais:

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática
- Participação econômica dos membros
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade

MAPA DE CULTURA

Mais do que um material de referência, o Mapa é um guia vivo, que inspira atitudes alinhadas aos nossos valores no atendimento aos cooperados, na relação com as comunidades, no trabalho em equipe e na liderança. Ao colocá-lo em prática, reforçamos uma cultura cada vez mais colaborativa, ética e humana, conectando estratégia e propósito para evoluirmos juntos, de forma consistente e sustentável.

O Mapa de Atitudes nasce como uma expressão clara de quem somos e de como queremos agir no dia a dia do Sicoob BA. Construído de forma coletiva e validado pelo nosso Conselho de Administração, ele traduz em comportamentos práticos a essência da nossa cultura cooperativista, fortalecendo a identidade que nos une e orientando nossas escolhas, relações e decisões, dentro e fora da instituição.

COOPERAR

Cooperar é agir de maneira conjunta, colocando o coletivo acima do individual.



COMPARTILHAR INFORMAÇÕES



TOMAR DECISÕES COMO UM TODO



APOIAR OS COLEGAS



PRATICAR O DIÁLOGO ABERTO



ESTIMULAR PARCERIAS INTERNAS E EXTERNAS

CUIDAR

Cuidar é agir com responsabilidade, atenção e compromisso com colegas e cooperados.



ORIENTAR DE FORMA RESPONSÁVEL



CUIDAR DO AMBIENTE DE TRABALHO



OUVIR O COOPERADO



TRATAR TODOS COM RESPEITO



AGIR DE FORMA RESPONSÁVEL COM A COMUNIDADE

CONFIAR

Confiar é construir relações sólidas, éticas e transparentes ao longo do tempo.



CUMPRIR OS PRAZOS



AGIR DE ACORDO COM OS VALORES DO SICOOB



ASSEGURAR COMUNICAÇÃO CLARA



ASSUMIR RESPONSABILIDADES



MANTER POSTURA PROFISSIONAL

CRESCER

Crescer é evoluir juntos, de forma sustentável, cooperativa e consistente.



BUSCAR DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



MANTER FOCO NOS RESULTADOS



PROMOVER A MELHORIA DOS PROCESSOS



ESTIMULAR O CRESCIMENTO DOS COOPERADOS



ADAPTAR AS MUDANÇAS DO MERCADO





CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Vandevaldo Teixeira Rios

Vice-Presidente Paulemir Pontalião

Ivo Azevedo de Brito

Antônio Vidal da Silva Neto

Arnóbio Rios de Almeida

Cergio Tecchio

Maria Vandalva Lima de Oliveira

Paulo César de Andrade Oliveira

Petronio Alberto da Fonseca

Rejane Silva de Almeida

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo Alexsandro do Carmo Silva

Diretor Operacional Josemir Pereira Soares



Cooperativas Filiadas



SICOOB COOPERE

VALENTE

- PA SEDE
- PA QUIXABEIRA
- PA NOVA FÁTIMA
- PA CONCEIÇÃO DO COITÉ
- PA CAPIM GROSSO
- PA RETIROLÂNDIA
- PA GAVIÃO
- PA EUCLIDES DA CUNHA
- PA TUCANO
- PA SÃO DOMINGOS
- PA SERRINHA
- PA JEQUIÉ
- PA JAGUAQUARA
- PA PAULO AFONSO
- PA FEIRA DE SANTANA
- PA FEIRA DE SANTANA II
- PA SANTALUZ
- PA SALVADOR-NARANDIBA
- PA MANOEL VITORINO
- PA RIBEIRA DO POMBAL
- PA SANTA INÊS
- PA TANQUINHO
- PA LAJEDO DO TABOCAL
- PA ANGUERA

SICOOB COSTA DO DESCOBRIMENTO

ITAMARAJU

- PA SEDE
- PA PRADO
- PA ALCOBAÇA
- PA ITABELA
- PA CIDADE ALTA
- PA EUNÁPOLIS
- PA PORTO SEGURO
- PA CAMACÃ
- PA CARAVELAS
- PA JUCURUÇÚ
- PA IPIAÚ *Inaugurada 17/12/2025*
- PA BAIANÃO *Inaugurada 01/07/2025*

SICOOB SERTÃO

PINTADAS

- PA SEDE
- PA CAPELA DO ALTO ALEGRE
- PA IPIRÁ
- PA VÁRZEA DA ROÇA
- PA ITABERABA
- PA PÉ DE SERRA
- PA BOA VISTA DO TUPIM
- PA BAIXA GRANDE
- PA RUY BARBOSA
- PA UTINGA
- PA PIRITIBA
- PA IRECÊ
- SENHOR DO BONFIM
- PONTO NOVO
- PA ANDORINHA
- PA SEABRA
- PA CAMPO FORMOSO
- PA IGUATEMI
- PA RECIFE
- PA ALPHAVILLE
- PA MARCIONÍLIO SOUZA
- PA CAÉM

SICOOB CREDICONQUISTA

VITÓRIA DA CONQUISTA

- PA SEDE
- PA POÇÕES
- PA BAIRRO BRASIL
- PA PATAGÔNIA
- PA ITAPETINGA
- PA OLÍVIA FLORES
- PA TREMEDAL
- PA JURACY MAGALHÃES *Inaugurada em 18/01/2024*



SICOOB EXTREMO SUL

TEIXEIRA DE FREITAS

- PA SEDE
- PA COMÉRCIO
- PA ITABATÃ
- PA ITANHÉM
- PA VEREDA
- PA BRUMADO
- PA REGIONAL
- PA SALVADOR
- PA BARRA DA ESTIVA
- PA CASCAVEL (IBICOARA)
- PA CACULÉ *Inaugurada 18/04/2024*

SICOOB CREDCOOP

VITÓRIA DA CONQUISTA

- PA SEDE
- PA ALTON MARON
- PA UESB
- PA SHOPPING CONQUISTA SUL
- PA ITARANTIM *Inaugurada 30/11/2024*
- PA VILA CAFÉ *Inaugurada 03/10/2025*

SICOOB NORTE SUL

GANDU

- PA SEDE
- PA NAZARÉ
- PA MARAGOGIPE
- PA CRUZ DAS ALMAS
- PA INHAMBUPE
- PA ALAGOINHAS
- PA RIO REAL
- PA IRARÁ
- PA SANTO ANTONIO DE JESUS
- PA AMARGOSA

SICOOB COOPEMAR

MAIRI

- PA SEDE
- PA SÃO JOSÉ DO JACUÍPE
- PA VÁRZEA DO POÇO
- PA SERROLÂNDIA
- PA MIGUEL CALMON
- PA JUAZEIRO
- PA PETROLINA
- PA JUÁ GARDEN SHOPPING
- PA JACOBINA
- PA CASA NOVA
- PA ANDARAÍ *Inaugurada 09/05/2025*

SICOOB INOVA

SALVADOR

- PA SEDE
- PA SEFAZ TANCREDO NEVES
- PA NAZARÉ
- PA MINISTÉRIO PÚBLICO CAB
- PA SEFAZ FEIRA DE SANTANA
- PA SHOPPING PARALELA
- PA VITORIA DA CONQUISTA
- PA LAURO DE FREITAS
- PA MUCUGÊ *Inaugurada 14/05/2025*
- PA PIATÃ *Inaugurada 19/11/2025*

SICOOB COOPEC

ILHÉUS

- PA SEDE
- PA CEPLAC
- ITAJU DO COLÔNIA *Inaugurada 29/09/2025*

SICOOB EM NÚMEROS*



9,5
milhões
de cooperados



322
cooperativas
singulares



única instituição
financeira
em **434**
municípios



4.727
pontos de
atendimento
em todo o Brasil

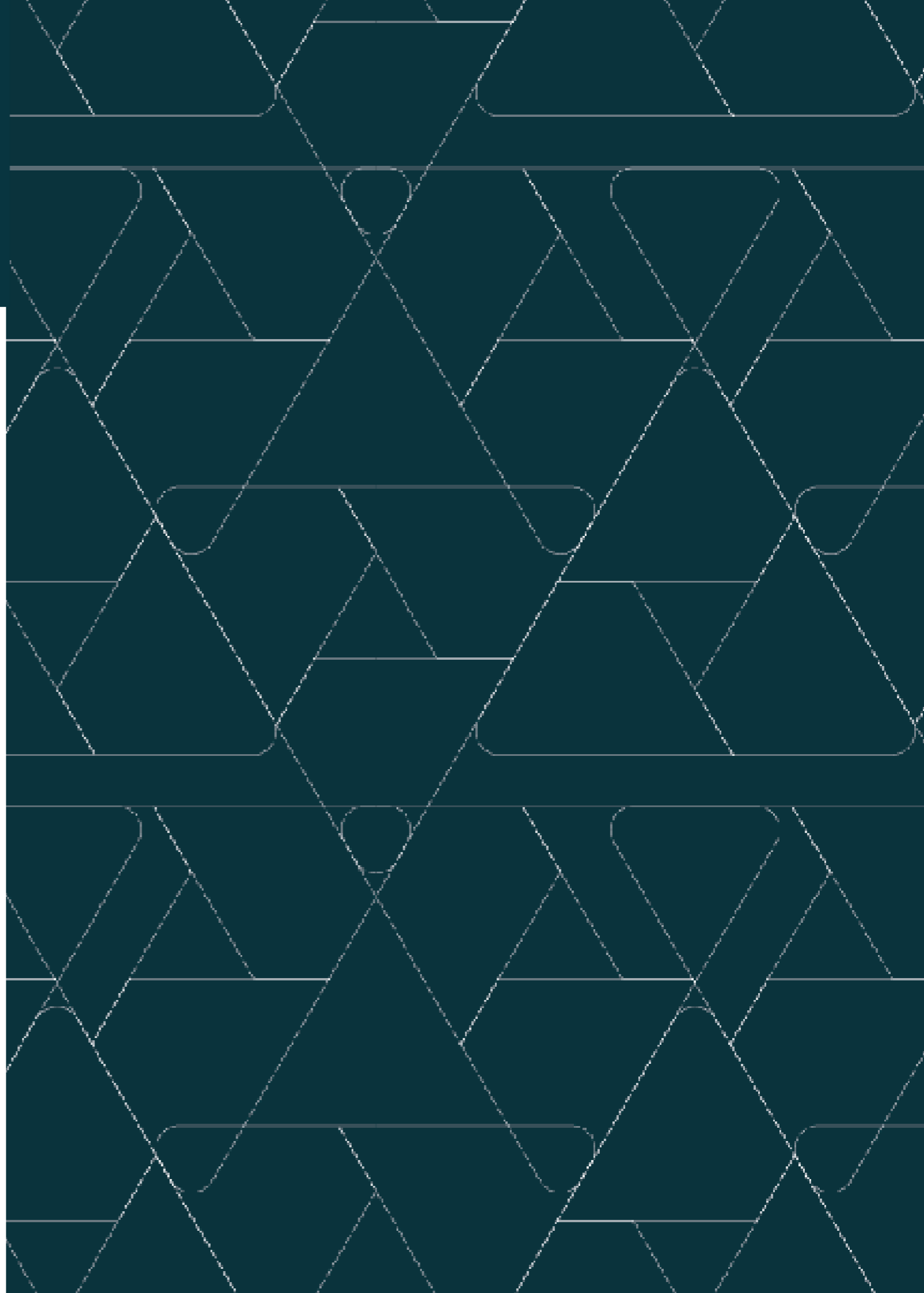


presente em **todos os**
estados do Brasil
e em **2.486**
municípios

SUMÁRIO



- ▶ **10** Mensagem do Presidente
- ▶ **12** Mensagem da Diretoria Executiva
- ▶ **14** Produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas do Sicoob
- ▶ **18** Relatório da administração
- ▶ **24** Planejamento Estratégico
- ▶ **26** Indicadores Sicoob Central BA
- ▶ **30** Indicadores Cooperativas Filiadas
- ▶ **31** Demonstrações Contábeis
- ▶ **37** Notas Explicativas
- ▶ **93** Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2025 marcou mais um ciclo de fortalecimento do Sicoob enquanto sistema financeiro cooperativo nacional.

O Pacto Sistêmico continuou norteando nossas ações, promovendo alinhamento estratégico entre Centrais, Centro Cooperativo Sicoob – CCS e Cooperativas Singulares, garantindo coerência na execução das prioridades sistêmicas e reforçando o compromisso com uma governança sustentável e cooperativa. O crescimento sistêmico voltou a se destacar, consolidando o Sicoob como uma das instituições financeiras mais relevantes do país. A expansão permaneceu consistente em diversos indicadores comparados com o ano anterior: os ativos avançaram 19,5%; as operações de crédito cresceram 11,5%; e a base de cooperados ultrapassou a marca de 9,5 milhões em 2025.

A rede de atendimento também seguiu em expansão, alcançando 4.727 agências e ampliando a presença do Sistema para mais 59 municípios no ano passado. Em 2025, consolidamos o Sicoob como a marca cooperativa mais valiosa do Brasil, um marco importante para todo o Sistema.

O desempenho alcançado permitiu ao Sicoob gerar um Benefício Econômico Total aos cooperados de R\$ 49.750.020.223. Apenas na Bahia, o valor gerado foi de R\$ 379.023.184. Esse resultado expressivo evidencia o cumprimento do nosso propósito de levar justiça financeira e prosperidade aos cooperados. Assim, reforçamos nosso compromisso de dobrar de tamanho nos 4 anos deste mandato.

No âmbito regional, seguimos firmes na execução do Planejamento Estratégico do Sicoob BA, avançando de forma significativa

nas metas definidas para o período. O engajamento das cooperativas, a melhoria dos processos internos e a sinergia entre as equipes foram fundamentais para alcançarmos resultados relevantes.

Em 2025, o Sicoob BA manteve a estratégia de consolidar um ciclo de crescimento sustentável, alcançando resultados expressivos. Entre os destaques, está a conquista de R\$ 4 bilhões em ativos, representando um crescimento de 18% em relação a 2024 — um reflexo direto da eficácia das estratégias adotadas e do comprometimento de toda a equipe.

O Instituto Sicoob voltou a se destacar como importante vetor de impacto social, fortalecendo iniciativas de educação financeira, empreendedorismo, sustentabilidade e desenvolvimento comunitário em toda a Bahia. A atuação do Instituto alcançou 245 municípios, beneficiando mais de 173 mil pessoas e impactando um público total superior a 500 mil participantes, com a realização de 1.820 ações.

Além das ações proprietárias, em 2025 foram destinados mais de R\$ 1,1 milhão a projetos de Cultura, Esporte e Fundo da Infância e Adolescência por meio do programa Incentivo Sicoob. Todo esse trabalho resultou na conquista de 14 prêmios na Campanha Nacional de Investimento Social (CNIS 2025), incluindo o prêmio da Central no grupo S1 — reconhecimento pela maior quantidade de premiações entre suas singulares. Esses resultados só foram possíveis graças à

dedicação dos 835 voluntários cadastrados, que somaram mais de 6.594 horas de trabalho voluntário ao longo do ano.

O Sicoob BA manteve, em 2025, uma trajetória consistente de crescimento, avançando nos principais indicadores de negócio e fortalecendo sua presença regional. Ampliamos nossa capilaridade, alcançando 118 agências, com expansão planejada para áreas estratégicas do estado. Até 2027, está prevista a abertura de mais 47 novos pontos de atendimento.

No campo da governança, intensificamos o relacionamento institucional com as Cooperativas Filiadas. Realizamos uma nova rodada de visitas aos Conselhos, reforçando o diálogo sobre estratégia, riscos e direcionamentos sistêmicos. Também promovemos mais uma edição do Encontro de Conselheiros, que segue sendo um espaço essencial de alinhamento e capacitação continuada.

Avançamos na consolidação da cultura organizacional com a realização do programa

in company Estratégia da Magia. A iniciativa foi desenvolvida para fortalecer a identidade do Sicoob BA por meio da construção de chaves de excelência e direcionamentos comportamentais inspirados em empresas referência em experiência do cliente. A participação ativa de Presidentes, Diretores, Gestores de Eixo e profissionais de Gestão de Pessoas foi fundamental para garantir engajamento e disseminação desses princípios em toda a estrutura.

Seguiremos ainda mais alinhados às competências profissionais do Sicoob, reforçando que uma cultura orientada à excelência na entrega ao cooperado é o que sustenta resultados verdadeiramente extraordinários.

Seguimos convictos de que estamos construindo um caminho sólido, guiado pela cooperação, pelo crescimento sustentável e pelo foco permanente no cooperado. A cada ciclo, reafirmamos nosso compromisso com a transformação da realidade baiana, promovendo um sistema financeiro mais justo, inclusivo e participativo.



Vandealdo Teixeira Rios
Presidente do Sicoob Central BA





MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2025 foi marcado por um contexto econômico desafiador, com pressões externas e internas influenciando juros, crédito e liquidez, além do comportamento das instituições financeiras em todo o país.

Mesmo diante desse cenário, alcançamos R\$ 4 bilhões em ativos, um avanço de 18% em relação a 2024. Também registramos crescimento de 21% nas Operações de Crédito, 18% no Patrimônio Líquido e 19% nos Depósitos.

O incremento dos negócios e a ampliação da oferta de produtos e serviços resultaram em um aumento de 24,68% na receita de produtos e serviços, totalizando mais de R\$ 169 milhões em receita bruta e de R\$ 401 milhões em receita de crédito, contribuindo para um resultado bruto sistêmico de mais de R\$ 140 milhões, um crescimento de 30%.

Reforçamos, ao longo do ano, a importância da gestão de riscos, alinhada aos desafios para atender às novas exigências regulatórias com solidez, sustentabilidade e previsibilidade para o negócio cooperativo. No entanto, esses desafios foram superados pelas cooperativas do Sicoob BA graças à efetividade dos seus controles internos, governança consistente e maturidade da gestão de riscos.

A implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 trouxe impactos relevantes na metodologia de provisão de crédito com incremento inicial de R\$ 9,3 milhões, prontamente absorvidos pelo resultado anual recorde concomitante à manutenção dos seus indicadores de risco de crédito em patamares sustentáveis e positivamente inferiores às médias do Sicoob nacional e do SFN.

Paralelamente, como de prática, fortalecemos nossas defesas contra riscos cibernéticos

em um cenário de aumento significativo de incidentes enfrentados por todas as instituições financeiras. Ter sido o primeiro sistema local a realizar o embarque de 100% das cooperativas no Projeto de Gestão e Riscos Cibernéticos do CCS, em abril/2025, e contar com profissionais da área de tecnologia certificados pelo CCS (Certificação PSS) em todas as filiadas são avanços que demonstram nosso compromisso com a segurança cibernética.

No campo prudencial, mantivemos níveis de capital superiores aos mínimos regulamentares, mesmo em um ambiente desafiador com a publicação da Resolução Conjunta do CMN/BCB nº 14/2025, que estabelece o limite mínimo de capital social e de patrimônio líquido, refletindo disciplina na alocação de recursos e visão de longo prazo.

O desempenho de 2025 foi impulsionado pela entrega de 18 projetos estratégicos conduzidos pela equipe do Sicoob Central BA, além de 5 iniciativas estratégicas previstas no Planejamento do Sicoob BA, muitos deles estruturantes para o futuro do Sicoob BA, elevando a maturidade operacional, a eficiência sistêmica e a padronização regional.

Na área comercial, observamos um avanço no desempenho nas campanhas regionais e nacionais. Destacamos a Jornada de Vendas, campanha regional completamente alinhada com a CNV – Campanha Nacional de Vendas, e a presença de nossas cooperativas filiadas no topo dos rankings de diversas campanhas

nacionais. Todo o esforço comercial resultou no reconhecimento do Sicoob BA nas categorias Combo Crédito e Combo Escolher o Sicoob do troféu fidelidade da CNV de 2025, com a premiação do Sicoob Costa do Descobrimento, além da premiação do PA Prado, também do Sicoob Costa do Descobrimento, no Combo Escolher o Sicoob.

No cenário econômico, a manutenção das taxas de juros em patamar de dois dígitos seguirá pressionando a oferta de crédito e a rentabilidade das instituições financeiras, exigindo ainda mais disciplina na gestão

financeira, rigor no controle de riscos e a busca constante por alternativas inovadoras e sustentáveis. Esse contexto reforça a importância de uma atuação integrada, planejada e orientada para resultados de longo prazo — valores que têm guiado o Sicoob BA e que continuarão a direcionar nossos próximos passos.

Com o comprometimento das equipes, a atuação estratégica das cooperativas filiadas e o apoio do Conselho de Administração, seguiremos firmes em nosso propósito de conectar pessoas e fortalecer o cooperativismo na Bahia, garantindo crescimento sustentável para todo o Sicoob BA.



Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional



Alessandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo





Produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas do Sicoob

O Sicoob oferece todos os produtos e serviços financeiros, só que de um jeito bem diferente: ele compartilha os resultados com os cooperados, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.



PESSOA FÍSICA

- CONTA CORRENTE
- CONTA SALÁRIO
- CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO
- CHEQUE ESPECIAL
- ADQUIRÊNCIA BANCÁRIA-SIPAG
- COBRANÇA BANCÁRIA
- CÂMBIO
- CONTA CAPITAL
- CONTA POUPANÇA
- CONSÓRCIOS
- CONSIGNADO
- CREDITO PESSOAL AUTOMÁTICO
- CREDITO IMOBILIÁRIO
- CARTA FIANÇA
- FINANCIAMENTOS
- ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS
- INVESTIMENTOS
- HOME BROKER
- PREVIDÊNCIA
- SEGURO DE VIDA
- SEGUROS GERAIS
- PAGAMENTOS
- PORTABILIDADE SALARIAL
- PROGRAMA DE FIDELIDADE E MARKETPLACE
- PEDÁGIO PRÉ-PAGO (TAG)



PESSOA JURÍDICA

- CONTA CORRENTE
- CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO
- CONTA GARANTIDA
- COBRANÇA BANCÁRIA
- CARTÕES PRÉ-PAGOS
- ADQUIRÊNCIA BANCÁRIA-SIPAG
- CÂMBIO
- CONTA CAPITAL
- CONTA POUPANÇA
- CONSÓRCIOS
- FCO
- ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS
- FNE
- CAPITAL DE GIRO
- PNO
- MICROCRÉDITO
- PRONAMPE
- BHDES
- FCO
- FME
- FNO
- INVESTIMENTOS
- SEGUROS
- PAGAMENTOS
- PROTESTO DE TÍTULOS
- PROGRAMA DE FIDELIDADE E MARKETPLACE
- PEDÁGIO PRÉ-PAGO (TAG)
- FOLHA DE PAGAMENTO



PRODUTOR RURAL

- CONTA CORRENTE
- CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO
- CONTA CAPITAL
- CONTA POUPANÇA
- CRÉDITO RURAL
- CPE (CÉDULA DE PRODUTO RURAL)
- RECURSOS DIRECIONADOS
- BNDES
- FCO
- FNE
- PNO
- FUNCAFÉ
- GIRO RURAL
- FINANCIAMENTOS
- CRÉDITO IMOBILIÁRIO
- CRÉDITO PESSOAL
- CRÉDITO PRÉ-APROVADO
- CONSÓRCIOS
- INVESTIMENTOS
- PREVIDÊNCIA
- SEGUROS AGRÍCOLAS
- PAGAMENTOS
- PROGRAMA DE FIDELIDADE E MARKETPLACE



CANAIS DE ATENDIMENTO

- Rede de atendimento
- Correspondentes
- Caixas eletrônicos





APLICATIVOS DO SICOOB



Sicob

Abra sua conta e faça parte em poucos passos. Realize transações financeiras, consulte e contrate produtos com agilidade e segurança. Encontre os pontos de atendimento mais próximos por geolocalização.



Sicob Poupança

Acesse sua poupança do Sicob em um aplicativo criado para facilitar sua gestão. Confira seu saldo, faça investimentos, pague e receba usando o Pix, e muito mais.



Sicob Maps

Calcule facilmente as áreas para financiamento do seu agronegócio.



Sicob Moob

O Sicob Moob é o aplicativo do Sicob que facilita e incentiva o contato entre o cooperado e sua cooperativa. Com ele, é possível ter acesso aos principais dados da instituição, receber e gerenciar convites para eventos, negociar bens publicados e muito mais.



Sicobcard

Dê adeus às papeladas, burocracias e horas ao telefone. Baixe o App Sicobcard e tenha a gestão das compras realizadas com o seu cartão de crédito na palma da mão.



Coopera

Aproveite um mundo de vantagens: a cada compra usando o seu Sicobcard, você acumula pontos para trocar por mais de 10 mil opções de produtos, viajar, pagar contas e muito mais.



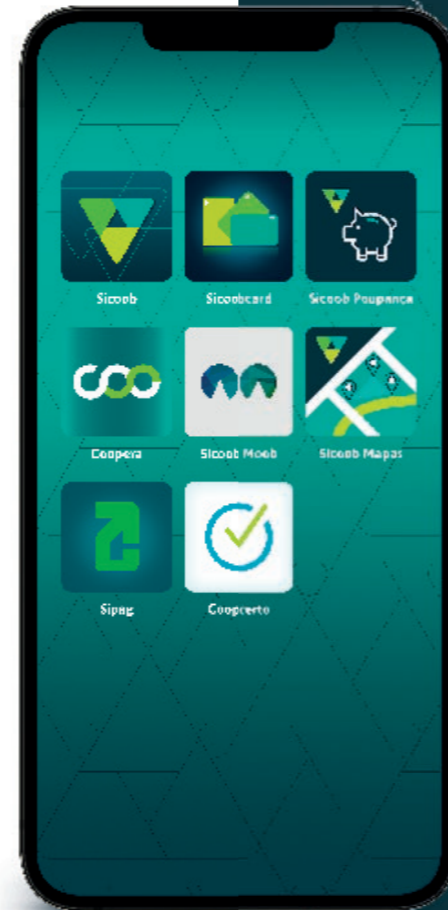
Sipag

Gerencie seu negócio direto pelo celular e tenha acesso rápido a diversas funcionalidades que facilitam o seu dia a dia.



Coopcerto

Consulte seu saldo e extrato e conheça a rede de aceitação no aplicativo oficial dos cartões Coopcerto.



Mais

que uma escolha
FINANCEIRA.



1



Relatório da administração

Compromisso coletivo que impulsiona os resultados



Cenário

O cenário macroeconômico no início de 2025 foi movimentado pela política protecionista dos Estados Unidos, a partir da posse do presidente Donald Trump, impondo o “tarifaço” nas principais economias mundiais, incluindo o Brasil. Isto trouxe preocupação no mercado, com a possibilidade de aumento da inflação nos Estados Unidos, risco de elevação da taxa de juros, desaceleração do crescimento global e pressão cambial nos países emergentes. Estas perspectivas, na prática, no entanto, não se configuraram.

Sob o prisma do ambiente doméstico, três aspectos movimentaram o mercado no início do ano. O primeiro, diz respeito a política monetária contracionista iniciada no final do exercício anterior e mantida durante todo o ciclo de 2025. Esta estratégia adotada pelo Banco Central do Brasil (BCB) tinha como alvo combater a pressão inflacionária, em função do aquecimento da atividade econômica, haja vista o ciclo de queda da taxa de desemprego.

O segundo aspecto, deveu-se ao risco de liquidez do Banco Master que adotou uma estratégia extremamente arriscada na captação e aplicação de recursos, além de má gestão e indícios de fraude, implicando no risco de liquidez iminente, levando o BCB a decretar a liquidação extrajudicial, assim como a responsabilização de seus gestores, após tentativas malsucedidas para aquisição do banco por outras instituições.

O terceiro aspecto foi a entrada em vigor da Resolução CMN 4966/2021, em atendimento a IFR9, padrão internacional de classificação e mensuração de instrumentos financeiros com suas respectivas perdas esperadas, e que gerou impacto sobre as provisões de devedores duvidosos no Sistema Financeiro Nacional.

O instrumento trouxe, além de novos parâmetros de provisionamento das operações de crédito, como o aumento do escopo de instrumentos sujeitos a provisionamento, mudança da modelagem para a perda esperada. Na prática, operações com taxas de juros elevadas (de maiores riscos) e com maiores índices de atrasos e menor garantia real, devem ser mais afetadas com a mudança.

De outro modo, as expectativas do mercado para 2025 eram de uma taxa Selic de 15%, crescimento do PIB na ordem de 2% e IPCA – Índice oficial que mede a inflação – de 4,99% (Boletim Focus de 06/01/2025). Na prática, observou-se a manutenção da política contracionista pelo BCB, com taxa Selic dentro da projeção, o que trouxe a inflação para dentro da margem de tolerância, com 4,26%.

Considerando o desempenho da atividade econômica até o terceiro trimestre, inferiu-se que haveria um crescimento do PIB acima de 2% em 2025. A atividade econômica neste período avançou 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Sob ótica da oferta, o destaque ficou por conta da agropecuária que avançou 11,6%; serviços 1,8% e indústria 1,7%. De outro modo, do lado da demanda, o destaque foi a formação bruta do capital fixo (investimento) 5%; consumo das famílias 1,4% e gasto de governo 1,6%.

O crescimento da economia global para 2026, segundo especialistas, tende a ser moderado, ainda abaixo do período pré-pandêmico, com juros em trajetória de queda gradual, assim como a inflação, nas principais economias avançadas e emergentes, como o Brasil. Persistem, no entanto, o cenário de incertezas fiscais e, sobretudo, geopolíticas, com maior preocupação na América Latina, em função das ações mais recentes do governo Trump.

Por aqui, há dois desafios para serem enfrentados. O primeiro consiste na busca pelo equilíbrio entre crescimento, inflação, taxa de juros e endividamento público, já que a atividade econômica se encontra aquecida com índice de desemprego próximo dos 5%, o que resulta na pressão inflacionária, mesmo estando dentro da margem de tolerância definida pelo regulador. A superação dessa barreira, consiste principalmente em sanar o conflito entre política fiscal e monetária. De um lado, há políticas de estímulo ao consumo e do outro, medidas para conter a inflação.

O segundo desafio deve-se ao período eleitoral em que, nestas condições, as incertezas perduram por todo o período, enquanto há muita cautela sobretudo para investimentos em bens de capital no longo prazo, com impacto direto na performance do PIB que tende a desacelerar.



Diante deste contexto, pode-se inferir que a política monetária contracionista iniciada no segundo semestre de 2024 deve permanecer, ainda que em patamares menores, com o possível início da queda da taxa de juros no final do primeiro trimestre deste ano, o que reforça a tese de tendência da distensão monetária, porém com expectativa de finalizar o ciclo ainda na casa dos dois dígitos. (Boletim Focus 06/01/2026).

Na esfera do mercado financeiro, a expectativa é de um crescimento na carteira de crédito na ordem de 8%. Por segmento, na carteira direcionada, pessoa física e jurídica é de uma variação no patamar de 9,4%. Quando se refere aos créditos livres, espera-se uma expansão na casa de 7,6%, puxado principalmente pela carteira de pessoa física, em função do aquecimento do mercado de trabalho. (Pesquisa Economia Bancária – Febraban –12/25).

O Sicoob Central BA, no seu papel de fomentar o desenvolvimento das cooperativas de forma sustentável, tem buscado cada vez mais estar próximo às filiadas e, em 2026, estas ações serão ainda mais intensificadas. E isto não se restringe apenas às áreas de governança, negócios e performance, mas também às áreas de riscos e compliance e segurança cibernética.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 10,24% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 1.774,67 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, 92,68% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 91,74% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 0,93% em operações de crédito.

No ano de 2025, a captação de depósitos e da centralização financeira com as cooperativas filiadas progrediram 8,86% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.583,23 milhões.

O patrimônio líquido evoluiu 21,56%, chegando a R\$ 167,32 milhões. As sobras brutas, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$18,84 milhões, representando um aumento de 57% ante o ano anterior, enquanto as sobras

Diante de um cenário de incertezas desenhado para este ciclo, com taxas de juros em patamar um pouco mais inferior, porém ainda elevada, é imperioso que nossas cooperativas estejam atentas a esse movimento e busquem recompor a margem de contribuição de submodalidades que apresentam descasamento, a fim de suprir os custos de captação, a inadimplência e o baixo crescimento da carteira, com o intuito de manter o spread em condições de prover os custos e assegurar o resultado que permita atingirmos o propósito do Sicoob.

As receitas de produtos e serviços financeiros têm se mostrado um instrumento bastante eficiente para compensar as possíveis perdas frente aos desafios ora apresentados. As consultorias in loco, assim como o incentivo às jornadas de vendas, além do tradicional encontro de negócios, seguem de forma intensa.

Neste ciclo, além de atuar com os projetos em curso, como negócios digitais, soluções massificadas, o suporte ao negócio estará mais direcionado às agências com baixa performance. Para tanto, atuaremos com três projetos estratégicos, quais sejam: 1) Rota estratégica; 2) Avança Sicoob e 3) PA no alvo certo. Desta forma, avançaremos na fidelização do cooperado e melhoria da eficiência de nossas filiadas.

líquidas após o pagamento de R\$16,11 milhões de juros ao capital às cooperativas filiadas e antes das destinações tiveram acréscimo de 20,16% em relação ao ano de 2024, alcançando R\$2,73 milhões em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o ano de 2025 com R\$ 4.134,46 milhões, representando um aumento de 18,47% ante o mesmo período do ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, encerraram o ano de 2025 com R\$1.998,96 milhões, representando um acréscimo de 22,22% em relação ao ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 19,30% em relação ao ano anterior, atingindo o patamar

de R\$ 2.994,57 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 782,28 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando uma evolução de 16,62% em relação ao ano anterior.

As sobras brutas de 2025, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$ 130,32 milhões, representando uma evolução de 31,11% em relação ao ano anterior e corresponderam a um retorno de 19,10% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do ano.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento

de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos desse risco, por meio das boas práticas de gestão e garantir a suficiência de recursos para suportar potenciais saídas de recursos de forma inesperada do fluxo de caixa.

No gerenciamento do risco de liquidez são utilizados como instrumentos de gestão: projeções de fluxo de caixa, limites mínimos de liquidez, aplicações de cenários de estresses e planos de contingência de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de liquidez no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.4. Risco de Mercado e Risco de variação das taxas de juros (IRRBB)

O gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) do Sicoob Central BA objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os impactos

de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros e dos movimentos adversos das taxas de juros no seu capital e resultados, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

No gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB, são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de riscos, de classificação de instrumentos da carteira de negociação e da carteira bancária, estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e teste de aderência (backtesting) do modelo de risco. O valor de exposição ao Risco de Mercado (RBAN) é mensurado pela metodologia VaR (Value at Risk), calculado pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB no Centro Cooperativo Sicoob-CCS, o Sicoob Central BA possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e do IRRBB é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob.

3.5. Risco de Crédito e Risco Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco social, ambiental e climático consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e

social, ambiental e climático para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.6. Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 4.557/2017.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o Sicoob Central BA aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada no Centro Cooperativo do Sicoob (CCS), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

3.7. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é

baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa do Sicoob Central BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelos controles internos, pelas auditorias (interna, independente e cooperativa), bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. CONSELHO FISCAL

A Assembleia Geral Extraordinária de 2024 aprovou a extinção deste Conselho, nos termos autorizados pela Lei Complementar 130. Fica registrado o final do mandato deste Conselho Fiscal na data de 30/04/2025, quando ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária – AGEO de 2025 do Sicoob Central BA.

6. PACTO DE ÉTICA

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o Sicoob Central BA, adotam o Pacto de Ética do Sicoob, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

A última atualização do Pacto de Ética ocorreu em 02 de setembro de 2025.

Agradecimentos

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do Sicoob Central BA pela dedicação.



2

Planejamento Estratégico

Direcionamento estratégico baseado na força da cooperação.

Em 2025, o foco esteve direcionado à execução da estratégia, com ênfase no acompanhamento sistemático do Pacto sistêmico de Estratégia e no fortalecimento da governança estratégica.

O ano foi marcado pela consolidação da disciplina de monitoramento estratégico, com a realização das RAPSEs – Reuniões de Acompanhamento do Pacto Sistêmico de Estratégia nos três níveis do Sicoob, fortalecendo a governança e o alinhamento institucional.

Destaca-se a realização da RAPSE Nacional Ampliada, em maio de 2025, que marcou a conclusão da definição das metas dos indicadores estratégicos para o ciclo 2024–2026. Na ocasião, também foi identificada a necessidade de prorrogação do ciclo estratégico, proposta que foi posteriormente submetida e aprovada pelo Conselho de Administração do CCS

Em 2025, o Sicoob Central BA executou 23 projetos estratégicos, dos quais 22 foram concluídos e 1 teve parte de suas ações prorrogadas para 2026, evidenciando elevado índice de entrega e aderência ao planejamento estabelecido.

Adicionalmente, no âmbito das filiadas, foram estruturados 49 novos projetos ao longo do ano, com o objetivo de viabilizar a implementação das declarações de intenções estratégicas previstas no Pacto Sistêmico de Estratégia, ampliando a capacidade de execução e o alinhamento sistêmico.

No que se refere à eficiência na gestão, o Sicoob Central BA desenvolveu ferramentas para acompanhamento automatizado dos projetos e iniciativas estratégicas. Em 2025, as filiadas foram capacitadas para utilização da plataforma, fortalecendo a padronização, a transparência e o monitoramento dos resultados estratégicos.

No cenário econômico de 2025, caracterizado por taxas de juros ainda elevadas e um ambiente regulatório desafiador, o Sicoob BA manteve um ritmo sólido de crescimento. As metas anuais de operações de crédito atingiram 97,39% do

planejado, representando um crescimento de 20% em comparação com 2024, refletindo a busca contínua por oportunidades de concessão de crédito sustentável e ajustes necessários diante do cenário macroeconômico.

Por outro lado, a carteira de depósitos apresentou uma execução de 101%, impulsionada por iniciativas de captação, resultando em um aumento significativo de 21% em comparação com ano anterior. Esses desempenhos combinados foram determinantes para que os ativos totais ultrapassassem 4 bilhões de reais, marcando um crescimento de 18% sobre 2024.

No âmbito da eficiência operacional, o Índice de Eficiência em Serviço (IES) atingiu 67%, mantendo o percentual do exercício anterior, indicando estabilidade na capacidade de cobertura das Despesas Administrativas pelas Receitas de Serviços. Já a Eficiência Administrativa (IEA) foi de 64%, acima do esperado para o ano, 58%. Em relação a 2024 (63%), observou-se leve redução na eficiência, decorrente do aumento das despesas com provisões para operações de crédito.

Quanto à expansão, o ano de 2025 registrou a abertura de 7 novos pontos de atendimento, alinhados ao plano estratégico de ocupação territorial. Está prevista a inauguração de outras 47 agências até o fim do ciclo.

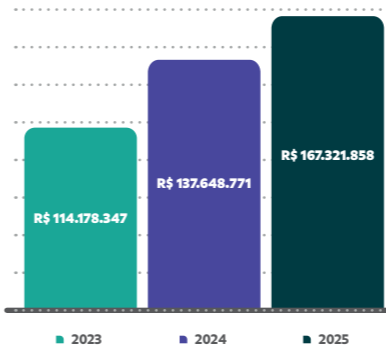
O desenvolvimento de relatórios e dashboards utilizando a ferramenta do Power BI também evoluiu significativamente, incorporando relatórios automatizados e painéis que permitem um monitoramento ainda mais dinâmico e eficiente das metas, do desempenho dos pontos de atendimento e do Market Share. Essas melhorias proporcionaram maior agilidade e assertividade nas tomadas de decisão, destacando o compromisso do Sicoob BA com a inovação e a eficiência no uso de ferramentas tecnológicas para suporte à gestão estratégica.

3

INDICADORES SICOOB CENTRAL BA

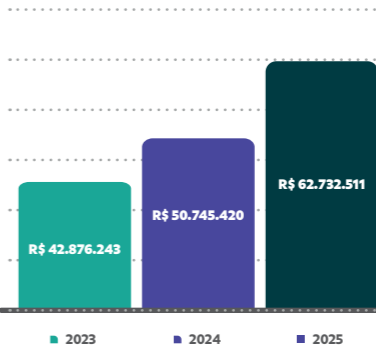
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Próprio do Sicoob Central BA avançou 22% em 2025, representando um acréscimo de R\$29,7 milhões.



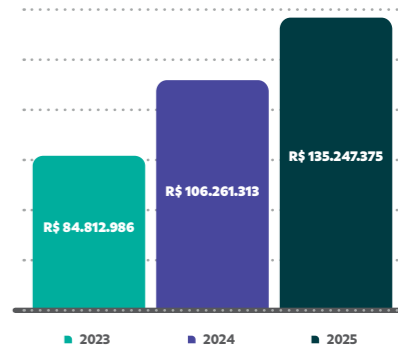
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

O PR do Sicoob Central BA apresentou um acréscimo de aproximadamente R\$12,0 milhões em 2025, equivalente a 23,6%.



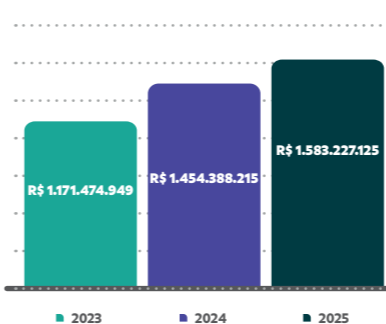
CAPITAL SOCIAL

O investimento das cooperativas filiadas em cotas de capital do Sicoob Central BA aumentou 27% em 2025, representando um acréscimo de R\$ 29,0 milhões.



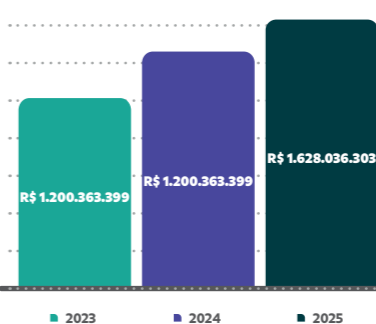
DEPÓSITOS CAPTADOS DAS FILIADAS

A captação dos depósitos das cooperativas filiadas ao Sicoob Central BA aumentou 9% em 2025, representando um acréscimo de R\$ 128,8 milhões.



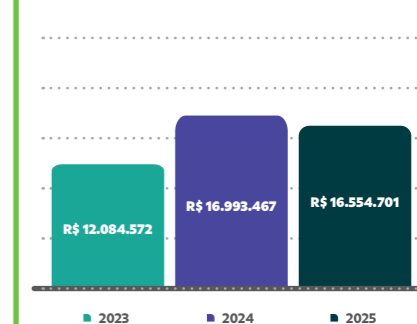
APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Sicoob Central BA aumentaram 10% em 2025, representando um acréscimo de R\$ 143,5 milhões.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM FILIADAS

Os recursos emprestados pelo Sicoob Central BA às cooperativas filiadas tiveram uma redução de 3% em 2025, representando um decréscimo de R\$ 0,4 milhão.



Força que vem da cooperação.

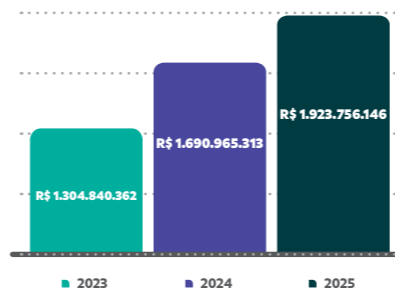


4

INDICADORES COOPERATIVAS FILIADAS

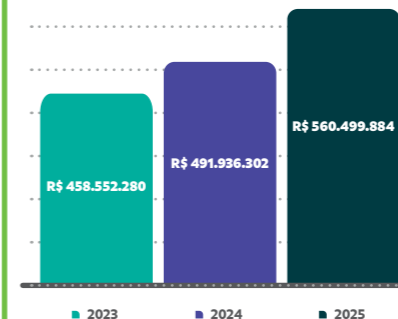
CENTRALIZAÇÃO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O volume de aplicações das cooperativas filiadas ao Sicoob Central BA e TVM aumentou R\$ 232,8 milhões, representando um acréscimo de 14% em 2025.



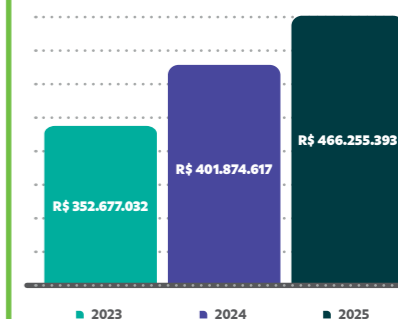
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR

O PR das cooperativas filiadas, referencial para os limites operacionais, aumentou R\$ 68,6 milhões em 2025, o que representou um acréscimo de 14%.



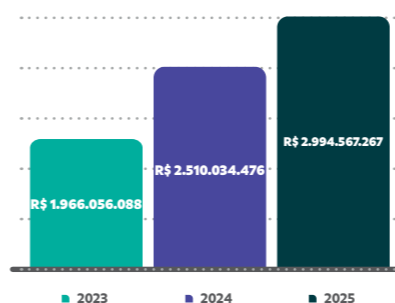
CAPITAL SOCIAL

Os investimentos em cotas de capital dos associados nas cooperativas filiadas aumentaram R\$ 64,4 milhões em 2025, representando um acréscimo de 16%.



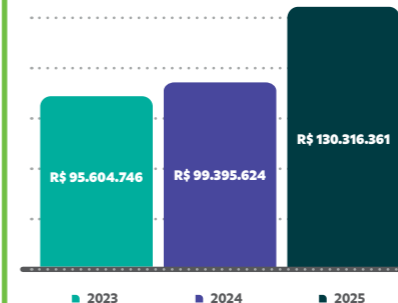
DEPÓSITOS DOS COOPERADOS

Os depósitos dos associados nas cooperativas filiadas aumentaram R\$ 484,5 milhões em 2025, representando um acréscimo de 19%.



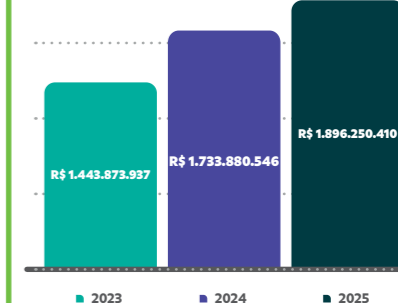
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO JCP

O resultado antes dos juros ao capital aumentou R\$ 30,9 milhões, representando um acréscimo de 31% em 2025.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO LÍQUIDA COM

A carteira de crédito bruta teve um acréscimo de R\$ 162,4 milhões, representando um crescimento de 9% em 2025.



Crescimento fruto da união.



4

Demonstrações contábeis

Compromisso com a precisão e a consistência.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

ATIVO	Notas	31/12/2025
DISPONIBILIDADES	5	113.737,10
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		210.631.563,26
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	42.657.204,35
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	151.348.871,09
Operações de Crédito	7.1	16.554.700,60
Outros Ativos Financeiros	9	151.975,61
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8	(81.188,39)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		1.279.867.465,60
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	1.197.546.585,41
Títulos e Valores Mobiliários	6.2	82.320.880,19
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		154.164.762,23
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	154.164.762,23
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	1.959.752,63
OUTROS ATIVOS	11	1.820.065,47
INVESTIMENTOS	12	121.139.754,39
IMOBILIZADO DE USO	13	6.201.050,34
INTANGÍVEL E ÁGIO	14	365.195,35
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(1.596.191,65)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	13	(1.399.609,94)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	14	(196.581,71)
TOTAL DO ATIVO		1.774.667.154,72
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.774.667.154,72
PASSIVO FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		1.606.829.910,65
DEPÓSITOS		123.946.181,81
Depósitos a Prazo	15	123.946.181,81
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		1.459.280.943,62
Centralização Financeira – Cooperativas	16	1.459.280.943,62
OUTROS PASSIVOS		22.202.611,63
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.1	295.089,98
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	17.2	857.539,83
Outras Obrigações	17.3	21.049.981,82
PROVISÕES	19	1.400.173,59
Provisão para Pagamentos a Efetuar	18.1	1.081.279,01
Provisão para Contingências	18.2	318.894,58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		167.837.244,07
Capital Social	19.1	135.247.375,17
Reservas de Sobras	19.2	30.287.423,07
Outros Resultados Abrangentes	20	56.158,60
Sobras ou Perdas Acumuladas	21	2.246.287,23
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.774.667.154,72

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	116.527.470,14	207.357.718,13
Resultado de Operações de Crédito	24.1	1.617.007,24	2.788.061,80
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	24.2	27.848.295,55	53.069.634,33
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.3	87.062.167,35	151.500.022,00
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(110.726.081,17)	(197.342.010,07)
Operações de Captação no Mercado		(9.905.269,76)	(18.878.101,69)
Operações de Empréstimos e Repasses		(100.820.811,41)	(178.463.908,38)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.801.388,97	10.015.708,06
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	26	63.076,38	238.916,22
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.864.465,35	10.254.624,28
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		4.332.611,51	9.996.362,04
Receitas de Prestação de Serviços	27	432.031,45	791.303,11
Despesas de Pessoal	28	(8.492.581,34)	(16.282.861,80)
Outras Despesas Administrativas	29	(5.574.867,90)	(10.052.065,99)
Despesas Tributárias	31	(521.563,83)	(601.663,32)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	30	1.535.889,88	10.592.353,03
Outras Despesas Operacionais	32	(1.099.322,84)	(1.311.841,51)
Outras Receitas Operacionais	33	18.053.026,09	26.861.138,52
PROVISÕES	34	(37.352,60)	(77.043,33)
Provisões/Reversões para Contingências		(37.352,60)	(77.043,33)
RESULTADO OPERACIONAL		10.159.724,26	20.173.942,99
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	35	-	3.662,65
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		10.159.724,26	20.177.605,64
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		68.762,83	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		38.476,77	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		30.286,06	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(1.338.384,88)	(1.338.384,88)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		8.890.102,21	18.839.220,76

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025	112.262.705,33	10.544.440,38	18.706.234,73	218.676,52	9.949.118,55	151.681.175,51
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	39.018,62	39.018,62
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	6.874.079,37	-	-	-	-	6.874.079,37
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	688.177,61	688.177,61
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	8.890.102,21	8.890.102,21
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(162.517,92)	-	(162.517,92)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(16.110.590,47)	(16.110.590,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	16.110.590,47	-	-	-	-	16.110.590,47
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	1.036.747,96	-	-	(1.036.747,96)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(172.791,33)	(172.791,33)
Saldos em 31/12/2025	135.247.375,17	11.581.188,34	18.706.234,73	56.158,60	2.246.287,23	167.837.244,07
Saldos em 31/12/2024	106.261.313,30	10.544.440,37	18.706.234,73	584.901,97	1.557.924,94	137.654.815,31
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	-	39.018,62	39.018,62
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	1.557.924,94	-	-	-	(1.557.924,94)	0,00
Outros Eventos/Reservas	-	0,01	-	-	-	0,01
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	11.317.546,46	-	-	-	-	12.875.471,40
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	688.177,61	688.177,61
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	18.839.220,76	18.839.220,76
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(528.743,37)	-	(528.743,37)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(16.110.590,47)	(16.110.590,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	16.110.590,47	-	-	-	-	16.110.590,47
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	-	1.036.747,96	-	-	(1.036.747,96)	-
FATES – Atos Cooperativos	-	-	-	-	(172.791,33)	(172.791,33)
Saldos em 31/12/2025	135.247.375,17	11.581.188,34	18.706.234,73	56.158,60	2.246.287,23	167.837.244,07

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	8.890.102,21	18.839.220,76
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(162.517,92)	(528.743,37)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial	(162.517,92)	(528.743,37)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	8.727.584,29	18.310.477,39

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		10.159.724,26	20.177.605,64
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		(8.751.207,49)	(8.751.207,49)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		(0,04)	(0,04)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.535.889,88)	(10.592.353,03)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(63.076,38)	(238.916,22)
Provisões/Reversões para Contingências		37.352,60	77.043,33
Depreciações e Amortizações		404.117,18	637.946,08
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		251.020,25	1.310.118,27
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(142.880.175,14)	(160.431.433,70)
Títulos e Valores Mobiliários		53.368.990,19	19.056.582,84
Operações de Crédito		863.450,56	438.765,99
Outros Ativos Financeiros		(17.438,00)	(560.137,14)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(1.872.086,37)	(1.878.696,97)
Outros Ativos		3.723.246,59	2.195.815,50
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Prazo		(24.293.792,78)	(20.719.155,62)
Relações Interfinanceiras		97.656.676,84	149.558.066,17
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(52.148,64)	295.089,98
Outros Passivos Financeiros		36.935,86	(406.204,28)
Provisões		(1.194,14)	(1.194,14)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		516.849,94	436.434,10
Outros Passivos		(13.800.125,95)	(12.037.066,42)
FATES – Atos Cooperativos		(172.791,33)	(172.791,33)
Reversão/Realização de Fundos		688.177,61	688.177,61
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(25.984.404,51)	(22.227.629,14)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		0,04	0,04
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		8.751.207,49	8.751.207,49
Aquisição de Intangível		(29.180,00)	(156.044,44)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(130.990,87)	(1.101.158,69)
Aquisição de Investimentos		(10.956.924,10)	(12.632.788,82)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(2.365.887,44)	(5.138.784,42)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		6.874.079,37	12.875.471,40
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(1.557.924,94)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		16.110.590,47	16.110.590,47
Outros Eventos/Reservas		-	0,01
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		22.984.669,84	27.428.136,94
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5.365.622,11)	61.723,38
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		5.479.359,21	52.013,72
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5	113.737,10	113.737,10
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.365.622,11)	61.723,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional

Alexsandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3

5

Notas Explicativas

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Reais (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, doravante denominado Sicoob Central BA, é uma entidade que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o Sicoob Central BA coordena as ações do Sicoob BA, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob Central BA integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Centrais e Singulares, sediada à Rua Alceu Amoroso Lima, nº 470, 10º andar, Caminho das Árvores, Salvador/BA.

O **SICOOB CENTRAL BA**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**Transparência
que constrói pontes
e gera confiança**

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 23/02/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

2.1.1 Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

a) Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxas de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

a.6 – Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;



a.7 – Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso, foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

b) Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2). A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

c) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

d) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

e) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 e 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (I) ativo realizável e permanente;
- (II) grupos de compensação ativa e passiva;
- (III) passivo exigível;
- (IV) patrimônio líquido;
- (V) resultado credor e devedor.



2.1.2 Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

2.1.3 Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

- (I) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;
- (II) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
- (III) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.



A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

I) 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).

II) 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).

III) 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.

IV) 1º de janeiro de 2027 a 2033: produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

f) Resolução CMN nº 4.966/2021: instrumentos Financeiros e normativos relacionados: estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.2 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados, no mínimo, anualmente. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compostos pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.



3.4 Instrumentos Financeiros

3.4.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

I) Modelo de Negócio 1: manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

II) Modelo de Negócio 2: gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

III) Modelo de Negócio 3: outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: categoria utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja:

I) pelo recebimento de fluxos de caixa de principal e juros;

II) pela venda; ou

III) por ambos.

Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;

ii) como os gestores do negócio são remunerados;

iii) como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

3.4.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

I) Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

II) Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumuladas na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

III) Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.



3.4.3 Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- I) Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- II) Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- III) Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

3.4.4 Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.5 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- I) Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- II) Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- III) Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove) dias.

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

3.8.1. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

- I) Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- II) Títulos e valores mobiliários;
- III) Operações de créditos;
- IV) Outros ativos financeiros; e
- V) Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

3.8.2 Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito:

- I) Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default



considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

II) Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

III) Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

3.8.3 Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

3.8.4 Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

I) Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

II) Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

I) Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;

II) Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;

III) Todas as operações enquadradas como reestruturadas.

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

I) Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;

II) Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.



A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;

I) Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;

II) Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;

III) Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.

IV) A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.10 Efeitos Tributários nas Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.11 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.12 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

3.13 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

I) Edificações – 4%;

II) Equipamentos de uso – 10%;

III) Veículos e processamento de dados – 20%.

3.14 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear a uma taxa anual de 20%



3.15 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.16 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o



Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.



3.20 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante) apresentados por faixa de vencimento.

3.21 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- I) Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- II) Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.24 Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.26 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.27 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a R\$ 30.961,50 (trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de **US\$ 5.000,00 (cinco mil dólares)**, multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses, considerados de baixo valor ou curto prazo, não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.



4. RECONCILIAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS COMPARATIVOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	137.654.815,31
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(320.104,61)
Outros	(137.295.692,08)
Efeito no Patrimônio Líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	39.018,62

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	1.079.772.356,06	-	120.052.010,77	CA
				959.720.345,29	VJORA
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	404.752.641,36	1.774.803,05	197.234.154,39	CA
				10.468.209,79	CA
				72.930.403,04	VJORA
				125.894.677,19	VJR
Operações de Crédito	Operações de Crédito	16.993.466,59	424.684,57	17.418.151,16	CA
				Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(359.123,23)
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	94.230,81	40.306,80	134.537,61	CA
				Provisão para perdas esperadas	(502.392,34)
Total Ativos Financeiros		1.500.751.179,25	1.952.260,54	1.503.708.224,47	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	144.665.337,43	(3.574.637,16)	148.239.974,59	CA
				Relações Interfinanceiras	1.309.722.877,45
Total Passivos Financeiros		1.454.388.214,88	(55.476.026,49)	1.509.864.241,37	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:





31/12/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	113.737,10		113.737,10
Saldo Caixa e Equivalente			113.737,1

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	42.657.204,35	-	42.657.204,35
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	42.657.204,35	-	42.657.204,35
Títulos e Valores Mobiliários (b)	151.348.871,09	-	151.348.871,09
Títulos Públicos Federais	151.348.871,09	-	151.348.871,09

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98% e 101% do CDI.

b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Banco Sicoob, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas com o Banco Sicoob, compor a carteira de investimentos do Sicoob Central BA, e concomitantemente, atender a Política Institucional de Centralização Financeira instituída pelo CCS.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	1.197.546.585,41		-	1.197.546.585,41
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	1.197.546.585,41	-	-	1.197.546.585,41
Títulos e Valores Mobiliários (b)	82.320.880,19	69.688,59	-	82.390.568,78
Títulos Públicos Federais	82.320.880,19	69.688,59	-	82.390.568,78

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 98% e 101% do CDI.

b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Banco Sicoob, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas com o Banco Sicoob, compor a carteira de investimentos do Sicoob Central BA, e concomitantemente, atender a Política Institucional de Centralização Financeira instituída pelo CCS.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	154.164.762,23	-	154.164.762,23
Cotas de Fundo	143.332.900,50		143.332.900,50
Participação em Cooperativas, Exceto Cooperativa Central de Crédito (a)	10.819.361,73		10.819.361,73
Participação em Empresas Controladas por Cooperativa de Crédito ou Confederação de Serviço (a)	12.500,00		12.500,00

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se aos saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco Central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	64.266.074,52	1.032.754.006,21	143.183.709,03	1.240.203.789,76
TOTAL	64.266.074,52	1.032.754.006,21	143.183.709,03	1.240.203.789,76

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais – No País	42.554.626,14	-	191.115.125,14	233.669.751,28
TOTAL	42.554.626,14	-	191.115.125,14	233.669.751,28

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	194.006.075,44	-	194.006.075,44
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	1.279.867.465,60	-	1.279.867.465,60
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	154.164.762,23	-	154.164.762,23

6.6 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.706.357,82
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	17.484.976,32
Lucros com Títulos de Renda Fixa	0,08
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(121.699,89)
TOTAL	53.069.634,33

b) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	151.500.022,00
TOTAL	151.500.022,00

6.7 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	1.240.203.789,76	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	233.600.062,69	-	-
TOTAL	1.473.803.852,45	-	-

7. OPERAÇÕES DE CARTEIRA DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	16.554.700,60	(81.188,39)	16.473.512,21
Total – Operações de Crédito	16.554.700,60	(81.188,39)	16.473.512,21

7.1 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2025	% da Carteira
Outros	16.554.700,60	-	-	16.554.700,60	100,00%
TOTAL	16.554.700,60	-	-	16.554.700,60	100,00%

7.2 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	2.488.061,80
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	300.000,00
TOTAL	2.788.061,80

7.3 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Empréstimos	16.554.700,60	-	-

7.4 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

VALORES POR FAIXA DE VENCIMENTO							
Empréstimos	Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total	% da Carteira
		Maior devedor	279.281,18	704.999,97	2.976.666,74	-	3.960.947,89
Dez maiores devedores	1.907.085,42	5.183.333,53	5.503.333,76	-	12.593.752,71	76,07%	
TOTAL		2.186.366,60	5.888.333,50	8.480.000,50	-	16.554.700,60	100%

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	11.994.108,71	72,45%
10 Maiores Devedores	16.554.700,60	100,00%
50 Maiores Devedores	16.554.700,60	100,00%

7.5 Movimentação em Estágios das Operações da Carteira Bruta

A reconciliação da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios, estão assim compostas:

	Estágio 1
Saldo Inicial	16.993.466,59
(+) Aquisição	7.172.890,56
(-) Liquidação	526.239,78
(-) Liquidação Parcial	7.085.416,77
Saldo Final	16.554.700,60

7.6 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Consolidado de Carteira	
Saldo Inicial	16.993.466,59
(+) Aquisição	7.172.890,56
(-) Liquidação	526.239,78
(-) Liquidação Parcial	7.085.416,77
Saldo Final	16.554.700,60

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Empréstimos	Provisão		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
	81.188,39	-	-

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

	Estágio 1
Saldo Inicial	320.104,61
(+) Constituição Novas Operações	35.177,65
(-) Reversão Total	15.060,92
(-) Reversão Parcial	259.032,95
Provisão Final	81.188,39



8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Consolidado de Provisão	
Provisão Inicial	320.104,61
(+) Constituição Novas Operações	35.177,65
(-) Reversão Total	15.060,92
(-) Reversão Parcial	259.032,95
Provisão Final	81.188,39

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	348.847,01
Provisões para Operações de Crédito	(109.930,79)
TOTAL	238.916,22

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Devedores por Depósitos em Garantia (9.2)	146.514,48
Títulos e Créditos a Receber (9.1)	5.461,13
TOTAL	151.975,61

9.1 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	5.461,13
TOTAL	5.461,13

9.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025
PIS Folha – Depósito Judicial	146.514,48
TOTAL	146.514,48

10. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
IRPJ não compensado no próprio exercício	42.171,66
CSLL não compensado no próprio exercício	23.152,42
IRRF sobre comissões – intermediação financeira – a compensar	7.682,82
Contribuição Social – antecipações – a compensar	13.674,79
IRPJ – antecipações – a compensar	20.466,61
IR retidos – a compensar	1.312.681,12
Valores a restituir – PERDCOMP (a)	539.923,21
TOTAL	1.959.752,63

a) Trata-se de valores que devem ser restituídos devido ao pagamento em duplicidade de DARFs, conforme detalhado na nota 32.

11. OUTROS ATIVOS

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Adiantamentos e Antecipações Salariais	61.414,02
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	197.432,34
Pagamentos a Ressarcir	17.842,80
Devedores Diversos – País (11.1)	1.424.579,77
Ativos em Estoque	12.060,60
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (11.2 a)	300.432,69
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda – Rec. (11.2 b)	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (11.3)	106.735,94
TOTAL	1.820.065,47

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025
Pendências a Regularizar	33.804,92
Cooperativas Filiadas	1.390.774,85
TOTAL	1.424.579,77

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados ao uso próprio e não estão sujeitos à depreciação ou correção.

b) Referem-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em “Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos”.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025
Prêmios de Seguros	2.073,29
Assinaturas e Periódicos	2.746,86
Processamento de Dados	101.915,79
TOTAL	106.735,94

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Participações em Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto no País	121.139.754,39
TOTAL	121.139.754,39

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

12.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Descrição	Banco Sicoob
Número de ações/quotas	50.164.655
Patrimônio Líquido das Investidas	6.294.705.804,83
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	275.766.974,86
% de Participação no Capital Social das Investidas	2,030935%
Investimento	121.139.754,39
Valor do Investimento	121.139.754,39
Equivalência Patrimonial	10.592.353,03

12.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Banco Sicoob	Total
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2023	82.637.933,04	82.637.933,04
Aumento de Capital	5.442.473,86	5.442.473,86
Equivalência Patrimonial	11.863.672,63	11.863.672,63
Ajuste a Valor de Mercado	637.731,37	637.731,37
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2024	100.581.810,90	100.581.810,90
Aumento de Capital	10.587.357,02	10.587.357,02
Equivalência Patrimonial	10.592.353,03	10.592.353,03
Ajuste a Valor de Mercado	(621.766,56)	(621.766,56)
Saldo em 31/12/2025	121.139.754,39	121.139.754,39
"Dividendos". Em 31 de Dezembro os valores estavam assim dispostos:		
Descrição		31/12/2025
Dividendos Recebidos		13.592.428,76



13. IMOBILIZADO DE USO

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Terrenos		48.000,00		48.000,00
Edificações	4%	902.213,04	(384.743,37)	517.469,67
Instalações	10%	2.299.387,63	(168.978,83)	2.130.408,80
Móveis e equipamentos de Uso	10% – 20%	2.595.298,37	(804.336,72)	1.790.961,65
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário		356.151,30	(41.551,02)	314.600,28
SUBTOTAL		6.201.050,34	(1.399.609,94)	4.801.440,40

14. INTANGÍVEL

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	365.195,35	(196.581,71)	168.613,64
Total Intangível e Ágio		365.195,35	(196.581,71)	168.613,64

15. DEPÓSITOS

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025
Custo Amortizado	
Depósitos a Prazo (a)	123.946.181,81
TOTAL	123.946.181,81

a) Valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”.

15.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	406.244.924,01	25,66%
10 Maiores Depositantes	1.583.227.125,43	100,00%

Compõem o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

15.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(18.878.101,69)
TOTAL	(18.878.101,69)

16. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA – COOPERATIVAS

Descrição	31/12/2025
Centralização Financeira – Cooperativas	1.459.280.943,62
TOTAL	1.459.280.943,62

17. OUTROS PASSIVOS

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	31/12/2025
Obrigações por Empréstimos e Repasses (17.1)	295.089,98
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (17.2)	857.539,83
Outras Obrigações (17.3)	21.049.981,82
TOTAL	22.202.611,63

17.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Passivo de Arrendamento (a)	295.089,98
TOTAL	295.089,98



a) Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 13, abaixo o reconhecimento das despesas.

b) Arrendamento de Baixo Valor – Arrendatário

31/12/2025	
Descrição	Valor Contábil
Arrendamento de Ativos de Baixo Valor – Arrendatário	453.637,80
TOTAL	453.637,80

c) Despesa com Arrendamento – Arrendatário

31/12/2025	
Descrição	Valor Contábil
Despesa de Depreciação de Direito de Uso – Arrendatário	(41.551,02)
Despesa Financeira – de Juros Passivo de Arrendamento – Arrendatário	(1.787,20)
TOTAL	(43.338,22)

17.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	53.942,56
Impostos e Contribuições sobre Salários	390.754,21
Outros (a)	412.843,06
TOTAL	857.539,83

a) Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025
ISSQN a Recolher	3.077,93
PIS Faturamento a Recolher	57.277,90
COFINS a Recolher	352.487,23
TOTAL	412.843,06

17.3 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Sociais e Estatutárias (a)	1.532.963,97
Credores Diversos – País (b)	19.231.788,99
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	285.228,86
TOTAL	21.049.981,82

a) Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	1.338.384,88
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	194.579,09
TOTAL	1.532.963,97

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado pelo sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) O “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado à prestação de assistência e educação às cooperativas singulares filiadas e respectivos associados, bem como a empregados do Sicoob Central BA e à comunidade situada em sua área de ação. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.



b) Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2025
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	150,00
Crédito de Filiadas	1.726.133,23
Créditos de Terceiros	1.279,48
Outros Credores Diversos – País	17.504.226,28
TOTAL	19.231.788,99

18. PROVISÕES

Descrição	31/12/2025
Provisão para Pagamento a Efetuar (18.1)	1.081.279,01
Provisão para Contingências (18.2)	318.894,58
TOTAL	1.400.173,59

18.1 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025
Despesas de Pessoal	1.012.944,44
Manutenção e Conservação de Bens	458,90
Transporte	224,80
Seguro	5.283,16
Compensação	1.748,27
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	60.619,44
TOTAL	1.081.279,01

18.2 Composição da Provisão para Contingências

Descrição	31/12/2025	Provisão para Contingências
PIS FOLHA		157.259,14
Outras Contingências (a)		161.635,44
TOTAL		318.894,58

a) O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido aos: i) erros na confecção das DCTFs das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal.

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável

18.3 Depósitos Judiciais – Ativo

Descrição	31/12/2025	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA		146.514,48
TOTAL		146.514,48

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 18, §2º do Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital do Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 218/2021, mensalmente, desde julho/2021, cada filiada ao Sicoob Central BA passou a subscrever e integralizar ao seu capital social, valor correspondente a 0,0350% (trezentos e cinquenta décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos

Descrição	31/12/2025
Capital Social	135.247.375,17
Associados	10

19.2 Reservas de Sobras

19.2.1 Fundo de Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 21, inciso I, do

Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2025
Reserva Legal	11.581.188,34

19.2.2 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída entre 2008 e 2018 pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA no Banco Sicoob. Conforme definição estatutária, havendo resultado negativo após aplicação do MEP no exercício, o montante negativo será absorvido por esta Reserva.

Descrição	31/12/2025
Reserva Legal	18.706.234,73

20. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2025, o Sicoob Central BA realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade oriundos dos efeitos da implementação da Resolução CMN 4.966/21, sem efeitos sobre o resultado. O saldo do período estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Ajustes de Avaliação Patrimonial	528.743,37

21. SOBRAS ACUMULADAS OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. O saldo das Sobras Acumuladas em 31 de dezembro de 2025 é de R\$2.246.287,23.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os representantes das cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

I) 100% para Conta Capital, no valor de R\$1.557.924,94.

22. DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS E LEGAIS

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida, base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobra Líquida do Exercício em 31/12/2024	1.557.924,94
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/21 (Nota 4)	359.123,23
Saldo Início de 01/01/2025	1.917.048,17
Destinações de Sobras do Exercício 31/12/2024	(2.396.807,60)
Distribuição de Sobras para os cooperados	(1.557.924,94)
Destinações para Fundos	(838.882,66)
Sobra Líquida do Exercício 31/12/2025	2.767.648,91
Reversões de Fundos	688.177,61
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.455.826,52
Destinação para o Fundo de Reserva (30%)	(1.036.747,96)
Destinação para o FATES – atos cooperativos (5%)	(172.791,33)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.246.287,23

Absorção do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021

Descrição	Valores
Sobra Líquida do Exercício em 31/12/2025	2.728.630,29
Efeito do ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	39.018,62
Sobra líquida, após o ajuste de transição da Resolução CMN nº 4.966	2.767.648,91
Reversões de Reservas	688.177,61
Reversões de Fundos	688.177,61
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.455.826,52
Destinação para o Fundo de Reserva (30%)	(1.036.747,96)
Destinação para o FATES – atos cooperativos (5%)	(172.791,33)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.246.287,23

30% para a Reserva Legal, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Em atendimento às normas contábeis e buscando maior transparência na apresentação das demonstrações financeiras, o Sicoob Central BA revisou a metodologia aplicada à reversão do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada antes das destinações legais e estatutárias. Essa alteração impacta a composição dos montantes destinados aos fundos estatutários e legais, bem como os valores apresentados no resultado do exercício.

23. JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO

A Cooperativa remunerou com juros o capital próprio das filiadas, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 16.110.590,47 e em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 9.755.643,01. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

24. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

24.1 Receitas de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	2.488.061,80
Recuperação de Ativos Financeiros Baixados Como Prejuízo	300.000,00
TOTAL	2.788.061,80

24.2 Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	35.706.357,82
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	17.484.976,32
Lucros com Títulos de Renda Fixa	0,08
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(121.699,89)
TOTAL	53.069.634,33

24.3 Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	151.500.022,00
TOTAL	151.500.022,00

25. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(18.878.101,69)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(178.462.121,18)
Despesas de Arrendamento	(1.787,20)
TOTAL	(197.342.010,07)

26. DESPESA COM PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	348.847,01
Provisões para Operações de Crédito	(109.930,79)
TOTAL	238.916,22

27. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	31/12/2025
Rendas de Outros Serviços	173.824,53
Rendas de Comissão de Seguros	484.941,27
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	112.026,20
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	20.511,11
TOTAL	791.303,11

28. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(38.940,00)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.946.839,91)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(4.052.848,21)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.722.648,49)
Despesas de Pessoal – Proventos	(7.264.690,35)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(137.972,54)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(118.922,30)
TOTAL	(16.282.861,80)

29. OUTROS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(113.195,32)
Despesas de Aluguéis	(101.571,68)
Despesas de Comunicações	(75.270,06)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(38.483,46)
Despesas de Material	(35.464,31)
Despesas de Processamento de Dados	(519.167,48)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.547.321,20)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.510.183,14)
Despesas de Publicações	(1.200,05)
Despesas de Seguros	(31.233,21)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(244.366,19)
Despesas de Serviços de Terceiros	(246.342,21)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(501.260,96)
Despesas de Transporte	(67.669,36)
Despesas de Viagem ao Exterior	(58.322,73)
Despesas de Viagem no País	(684.664,58)
Despesas de Amortização	(72.035,78)
Despesas de Depreciação	(565.910,30)
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.638.403,97)
TOTAL	(10.052.065,99)

a) Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(3.657,93)
Condomínio	(216.748,48)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(5.241,40)
Copa/Cozinha	(20.353,81)
Lanches e Refeições	(41.803,57)
Uniformes e Vestuários	(2.331,18)
Contribuição a OCE	(59.921,28)
Taxas da Junta Comercial	(698,00)
Assinatura de Publicações Técnicas	(7.022,64)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(2.237.385,95)
Contribuição Confederativa	(28.250,83)
Desp. Centro de Serv. Compart. – CCS	(203,55)
Outras Despesas Administrativas	(14.785,35)
TOTAL	(2.638.403,97)

30. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Banco Sicoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do ano.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial – MEP, utiliza-se o patrimônio líquido do Banco Sicoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	31/12/2025
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	15.599.342,68
Despesa de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	(5.006.989,65)
TOTAL	10.592.353,03

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(111.428,19)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(39.645,58)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(381.678,19)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(68.911,36)
TOTAL	(601.663,32)

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2025
Perdas – Falhas em Sistemas de TI (a)	(538.974,72)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(18.090,71)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(688.177,61)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(66.598,47)
TOTAL	(1.311.841,51)

a) O montante registrado como perda operacional refere-se às guias de DARF pagas em duplicidade devido a falhas técnicas no sistema de pagamentos. O processo com o pedido de restituição do valor à Receita Federal do Brasil já foi realizado.

33. OUTROS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	1.550.811,65
Dividendos	0,04
Outras Rendas Operacionais	25.310.326,83
TOTAL	26.861.138,5

a) Os valores em destaque que compõem o saldo de recuperação decorrem de:

I) Devolução de rateio: R\$ 363.651,94 referentes à área de Tecnologia e demais setores, realizados pelo CCS.

II) Darfs pagos em duplicidade: R\$ 538.974,72 referente aos valores pagos e registrados em perdas, conforme nota 32.a.

III) Reversão de provisão: R\$ 502.392,34 relativos ao fundo de gestão de bens não de uso próprio do Sicoob Confederação.

34. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(12.736,32)
Provisões para Outras Contingências	(64.307,01)
Provisões/Reversões para Contingências	(77.043,33)
TOTAL	(77.043,33)

35. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	31/12/2025
Outras Rendas não Operacionais	3.662,65
Receitas não operacionais	3.662,65
TOTAL	3.662,65

36. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

37. PARTES RELACIONADAS

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

37.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5º da Lei Complementar nº 130/2009, foram:

Descrição	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.625.272,50)
Encargos sociais	(357.102,41)
Benefícios	(222.436,30)

37.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações do Sicoob Central BA são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

37.3 Cooperativas Singulares Filiadas

A Central é composta por dez cooperativas singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se, ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do Sicoob Central BA e seus donos.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL)	Receitas / Despesas
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Operações de Créditos	16.473.512,21	2.488.061,80
Outros Valores a Receber		
Passivo		
Depósitos a Prazo	123.946.181,81	(18.878.101,69)
Centralização Financeira	1.459.280.943,62	(178.462.121,18)
Rendimentos Centralização a Pagar (Crédito de Filiadas)	1.726.133,23	
Patrimônio Líquido		
Capital Social	135.247.375,17	

37.4 Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma Cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2025		31/12/2025	
Ativo				
Participações de Cooperativas	10.819.361,73			

37.5 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)		Receitas / Despesas	
	31/12/2025		31/12/2025	
Ativo				
Investimentos (a)	121.139.754,39		-	
Patrimônio Líquido				
Ajustes em Investimentos	528.743,37		-	
Resultado	-		13.592.428,76	

(a) O valor de investimento pode ser conferido com a nota “Investimentos” (nota 11).

38. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	63.295.739,08
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	371.639.546,35
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	15,56%
Imobilizado para cálculo do limite	4.801.440,00
Índice de imobilização (limite 50%) %	7,59%

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós-emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(275.746,71)
TOTAL	(275.746,71)

40. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as



entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

40.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.



O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) o risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor

econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

40.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.



Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse, aplicando os cenários de estresse, têm por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

40.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

I) Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

II) Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

III) Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica. O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

40.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

40.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

40.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

41. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Salvador- BA, 31 de dezembro de 2025.



Josemir Pereira Soares
Diretor Operacional



Alessandro do Carmo Silva
Diretor Administrativo



Valmir Lima Silva
Contador
CRCBA-023450/O-3



6

**Crescimento
fruto da união.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Srs.
Conselheiros, Diretores e Associados da
Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 23 de fevereiro de 2026.

Mário Orlando Bauer
Contador Responsável
CRC/RS 017883/O-T-MG

Bauer Auditores Associados
CRCMG 6427
CMV 8613



Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br



[sicoob](https://www.instagram.com/sicoob)



[sicooboficial](https://www.linkedin.com/company/sicooboficial)



[@sicoob](https://twitter.com/sicoob)



[sicooboficial](https://www.facebook.com/sicooboficial)



[sicoob](https://www.youtube.com/sicoob)



[sicoob](https://www.tiktok.com/sicoob)



[sicoob](https://www.snapchat.com/sicoob)